

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.<sup>º</sup>**

(Do Sr. Júlio Delgado)

Solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre a operação de aquisição da Empresa GVT Holding S/A.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos art. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a V.Exa. que seja encaminhado ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda o seguinte pedido de informações:

- 1) Na transação de compra da GVT Holding S.A. houve observação plena das normas e regulamentos vigentes do mercado societário brasileiro?
- 2) Quais foram as informações que a Comissão de Valores Mobiliários solicitou às partes envolvidas para elucidar as questões apresentadas pela imprensa?
- 3) Quais foram as providências tomadas pela Comissão de Valores Mobiliários em relação às empresas interessadas para assegurar que o processo seguiu adequadamente todas as normas e legislação em vigor?

- 4) Quais os eventuais prejuízos e como serão compensados os acionistas minoritários decorrentes dessa operação?
- 5) Quais as implicações dessa operação para a estabilidade, credibilidade e transparência do mercado brasileiro de valores mobiliários?
- 6) Quais as mudanças necessárias no conjunto de normas e regulamentação vigentes de forma a evitar que situações como essa voltem a se repetir?

## **JUSTIFICAÇÃO**

São preocupantes as recentes notas da imprensa especializada que afirmam que o grupo francês Vivendi que assumiria o controle do capital votante e total da GVT não teria em seu poder, à época de seu anúncio como fato relevante, as ações necessárias correspondentes.

O mercado de valores mobiliários no país se baseia na transparência e pleno acesso de todas as partes envolvidas, inclusive e especialmente acionistas minoritários, às informações relevantes que cercam uma operação de transferência de controle majoritário. Reproduzimos abaixo, material publicado pela imprensa especializada que justificam nosso pedido de informação.

## CVM investiga operação de compra da GVT pela francesa Vivendi

*Grupo francês não explicou de quem compraria as ações que lhe garantiriam o controle da empresa brasileira*

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) investiga a compra da operadora brasileira GVT pela francesa Vivendi. Na noite de ontem, a autoridade do mercado acionário divulgou um comunicado informando ter considerado insuficientes as informações divulgadas pelo grupo sobre as opções de compra de ações da GVT que possui e sobre as que já exerceu.

Em 13 de novembro, a Vivendi divulgou um fato relevante anunciando que havia comprado 37,9% do capital votante da GVT, e ainda havia garantido o direito de compra de mais 19,6%. Com isso, a empresa esvaziou o leilão de oferta de compra de ações da GVT pela Telefônica, que estava marcado para o último dia 19. Um dos pré-requisitos para o leilão era que o grupo espanhol comprasse o controle da GVT.

O grande questionamento feito pelo mercado é sobre quem vendeu as opções de compra de 19,6% para a Vivendi. Ontem, a Vivendi informou ter comprado 8,52 milhões de ações ordinárias da GVT em 17 de novembro do fundo Tyrus Capital. Segundo o comunicado, o exercício das opções foi parcial, porque o grupo francês teria adquirido do Tyrus o direito de comprar 24,93 milhões de ações ordinárias da Vivendi, correspondentes aos 19,6%. O preço foi de R\$ 55, mais um prêmio de R\$ 1 por ação. As informações foram prestadas em resposta a um ofício da CVM.

A explicação não foi considerada suficiente pela autoridade do mercado de valores mobiliários. "A Vivendi S/A não esclareceu, conforme determinado pela CVM, a natureza dos direitos do Tyrus Capital LLP sobre as ações da GVT Holding S/A, objeto das opções, nem forneceu esclarecimentos adicionais indispensáveis para a correta avaliação da situação pelo mercado", informou a CVM, em comunicado.

Ainda ontem, a CVM enviou um novo ofício à Vivendi, solicitando informações adicionais, com prazo até às 18h do mesmo dia. O grupo francês não respondeu à solicitação. "As investigações conduzidas pela CVM prosseguem e maiores informações serão prestadas ao mercado em momento oportuno", informou a CVM. Procurada, a Vivendi preferiu não comentar o caso.

No dia 13 de novembro, a GVT informou ao mercado que o Tyrus detinha, de maneira indireta, 8,520 milhões de suas ações, o que equivale a 6,63% do capital. Esse foi o montante adquirido pela Vivendi. Não houve aviso posterior da GVT sobre aumento de participação da Tyrus.

Na última semana, a CVM recebeu pelo menos duas solicitações de administradores de fundos de investimento para averiguar as condições da venda da GVT.

Além do próprio processo de aquisição, houve questionamentos sobre a ausência de um indexador para corrigir o preço a ser pago na oferta que a Vivendi fará pelas ações dos minoritários da GVT - o chamado tag along, no jargão de mercado. Os pedidos de análise na CVM foram feitos pela Dynamo Administradora de Recursos e pela GAP Prudential Gestão de Recursos. Procuradas, nenhuma das instituições quis se manifestar.

Com a compra da GVT em 13 de novembro, a Vivendi venceu a Telefônica numa briga pelo controle da operadora brasileira. O preço pago pela Vivendi por ação da GVT, de R\$ 56,00, avaliou a operadora em R\$ 7,2 bilhões. A Telefônica havia oferecido R\$ 50,50 por ação da GVT no leilão que acabou não acontecendo.

**Jornal Folha de São Paulo - 01/12/2009**

### **CVM contesta compra da GVT pela Vivendi**

*Autarquia quer que grupo francês comprove que tem acordo para adquirir as ações que garantirão o controle da operadora*

Vivendi diz que vai comprar os papéis de fundo inglês; CVM, no entanto, suspeita de que não haja entendimento para transferência das ações

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) informou ontem que está investigando a compra da operadora brasileira de telefonia GVT pela Vivendi. A suspeita é que o grupo francês não terá condições de adquirir o controle da GVT.

O grupo de mídia anunciou no último dia 13 que havia comprado 37,9% das ações da GVT e que teria direito de compra de outros 19,6% das ações em poder de fundos de investimento estrangeiros. Essas operações garantiriam o controle da GVT, 57,5% das ações, um negócio de R\$ 3,88 bilhões.

Futuramente, quando a Vivendi fizesse uma oferta para adquirir as demais ações pulverizadas no mercado, a transação chegaria a R\$ 7,2 bilhões (por 100% do capital).

O problema, segundo a CVM, está justamente nos 19,6% das ações. A autoridade exigiu que a Vivendi atestasse que tem, definitivamente, direito de compra sobre esses papéis.

Há dois dias, por meio da GVT, a Vivendi informou que já tinha exercido seus direitos comprando 8,52 milhões de ações que estavam com o fundo de investimento inglês Tyrus Capital LLC. Esse fundo também transferiria para a Vivendi as demais ações - 16.414.700-, que totalizariam os 19,6% necessários para a aquisição do controle da GVT.

A Vivendi, também por meio da GVT, disse que mantém com o Tyrus um contrato de transferência das ações. Só que esses papéis ainda estariam com outras instituições financeiras.

A CVM não se convenceu e pediu documentos à Vivendi que comprovassem que essas ações serão transferidas. O prazo venceu ontem, às 18h. Sem resposta, a CVM teve de divulgar comunicado ao mercado, como determina a legislação.

A Folha apurou que a suspeita da CVM é que, por ser um fundo de investimento, o Tyrus não tenha um contrato de compra e venda com as instituições financeiras que possuem as ações da GVT. Ou que o contrato não assegure a transferência dos papéis para a Vivendi.

Até o fechamento desta edição, representantes da GVT e da Vivendi discutiam no Brasil os procedimentos a serem adotados para resolver o caso.

As empresas, segundo a Folha apurou, estão certas de que os contratos estão de acordo com a legislação brasileira e estudam apenas uma forma de comprovar isso para a CVM.

A compra da GVT pela Vivendi está sendo investigada pela CVM há duas semanas. As suspeitas começaram com duas solicitações de fundos no Brasil: a Dynamo Administradora de Recursos e a GAP Prudential Gestão de Recursos. Primeiro, eles reclamaram que a oferta não cumpria uma exigência básica pela inexistência de um indexador que atualizará o preço das ações de minoritários quando a Vivendi fizer uma oferta para adquirir o restante das ações pulverizadas no mercado. Por fim, acabaram também questionando os contratos da Vivendi com o Tyrus.

A Vivendi venceu disputa com a Telefônica pela compra da GVT, criada em 2000 como "espelho" na área de concessão da Brasil Telecom.

**Jornal Valor Econômico - 01/12/2009**

### **Telefônica pode questionar compra da GVT**

Diante das incertezas surgidas sobre a compra da GVT pela Vivendi, a Telefônica avaliará questionar judicialmente o negócio e até mesmo retomar a tentativa de comprar a companhia. "Nossa obrigação é defender o interesse de nossos acionistas e

faremos o que for necessário", disse ao Valor Eduardo Navarro , diretor de estratégia e regulamentação da Telefônica América Latina. "Surgiu uma esperança sobre algo que julgávamos encerrado e quem sabe a Telefônica pode pensar em retomar o leilão num processo transparente."

Ontem, o mercado tomou conhecimento do quão profundas são as dúvidas sobre a operação. Em iniciativa muito pouco comum, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decidiu tornar públicos seus questionamentos à Vivendi, depois que a companhia não cumpriu o prazo estipulado para esclarecimentos pela segunda vez, deixando dúvidas relevantes entre os investidores.

"Investigações conduzidas pela CVM levantaram dúvidas sobre a capacidade das contrapartes da Vivendi de honrar as opções de compra referidas no fato relevante", diz o comunicado do regulador, ao explicar os motivos da investigação, iniciada logo após o anúncio da operação.

As opções mencionadas pela CVM são os direitos sobre 19,6% do capital da GVT adquiridos pela Vivendi de maneira "incondicional", segundo comunicado de 13 de novembro. Naquela data, o grupo francês comunicou a compra de tais opções junto de 38% do capital total da empresa. Com isso, teria em seu poder mais de 57% das ações da GVT, tirando a Telefônica da jogada. A empresa francesa também comunicou que lançaria uma oferta ao mercado a R\$ 56 por ação da GVT. O investimento total no Brasil chegaria a R\$ 7,7 bilhões. As opções, negociadas privadamente, eram fundamentais para o sucesso sobre a rival espanhola.

Em comunicado divulgado ontem, a Vivendi informa que exerceu uma parte das opções, todas adquiridas do fundo inglês Tyrus Capital. A empresa, porém, não explicou porque não liquidou integralmente a compra. Com isso, o mercado soube que a Vivendi tem hoje 41,7% da GVT, considerando as opções de executivos. Assim, há 58,3% dos papéis no mercado.

A empresa informou que liquidou a compra de opções que representam 8,5 milhões de papéis, quando teria comprado um total de 24,9 milhões.

O grupo francês informa ainda que a parcela ainda não exercida das opções se dará pela "cessão de posições mantidas pela Tyrus em contratos de swap referenciados em ações". Insatisfeita com as informações, a CVM pediu dados sobre "a natureza dos direitos do Tyrus Capital LLP sobre as ações da GVT ". A Vivendi teve até as 18 horas de ontem para responder.

O porta-voz da empresa não foi localizado para comentar o tema. Mas pessoas próximas afirmam que as informações serão prestadas e que não há irregularidades.

Para dirimir as suspeitas que surgiram no mercado, a Vivendi agora terá que fazer um escrutínio do contrato firmado, deixando clara a existência de garantias de que terá as ações da Tyrus Capital.

Para complicar, as dúvidas no mercado foram ampliadas pelo fato de a Tyrus Capital, que vendeu para a Vivendi, nunca ter informado possuir 24,9 milhões de ações ou

direitos sobre ações da GVT. Ao contrário. Na véspera de a Vivendi anunciar sua tacada na disputa, a Tyrus disse ter apenas direito sobre 8,5 milhões de ações da GVT.

As regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) determinam que seja informado quando um grupo detém direta ou indiretamente direito sobre mais de 5% das ações de uma empresa. Na época, a Tyrus informou ter 6,6% dos papéis da GVT, e não 19,6%.

Caso decida de fato levar adiante o questionamento da validade da compra da GVT pela Vivendi, a Telefônica terá que dar esse passo na Justiça. A CVM não tem poderes para anular a transação, apenas para punir irregularidades com penas administrativas - como multas e inabilitação para atuação no mercado doméstico.

Além da análise interna do próprio regulador, há investidores questionando o negócio. A gestora de recursos carioca Dynamo foi à CVM apresentar seus pontos. Em 9 de novembro, eles comunicaram que venderam suas ações da GVT. Tinham 6,9 milhões de papéis, o equivalente a R\$ 386,4 milhões - considerando o preço de R\$ 56 por ação anunciado pela Vivendi.

O volume de negociação com as ações se mantém elevado, mesmo depois de terem acabado as expectativas de aumento de preço dos papéis - uma vez que é conhecida a oferta da Vivendi pelos minoritários. No ano, até antes de os antigos fundadores decidirem fazer uma oferta secundária de suas ações, a média diária de negócios com papéis da GVT era de 620,5 mil ações. Desde o dia 13 deste mês, porém, o volume diário de papéis é o dobro, 1,2 milhão de ações.

A compra das ações foi o diferencial da estratégia da Vivendi. O movimento tirou a Telefônica da jogada porque o grupo espanhol somente compraria as ações no leilão, marcado para 19 de novembro, se tivesse como adquirir, no mínimo, 51% do capital da GVT - o que parecia não mais estar disponível após o comunicado do grupo francês.

**Jornal O Estado de São Paulo - 02/12/2009**

### **Vivendi anuncia que já tem controle da GVT**

*Apesar disso, dúvidas persistem no mercado e CVM continua investigando aquisição de operadora brasileira*

A Vivendi divulgou um novo comunicado ontem sobre a sua participação na operadora brasileira GVT, respondendo a ofício da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O grupo francês informou que sua participação no capital da companhia alcançou 50,9%, aplacando rumores de que poderia não obter a maioria das ações.

Mesmo assim, as dúvidas sobre o negócio persistem no mercado. A CVM resolveu investigar o negócio depois de ter recebido reclamações de acionistas minoritários. A autoridade do mercado acionário brasileiro informou que, mesmo depois das informações prestadas pela Vivendi, as investigações prosseguem.

O grupo francês anunciou a compra da GVT em 13 de novembro, a partir de uma intrincada operação que combinava a compra direta de 37,9% das ações mais o direito de adquirir outros 19,6% por meio de contratos de opções. O preço pago por ação da GVT, de R\$ 56, avaliou a operadora em R\$ 7,2 bilhões. A principal dúvida está nessas opções de compra. O fundo Tyrus, dono dessas opções, havia informado somente quando sua participação indireta chegou a 6,6%. As regras do mercado exigem que se informe a aquisição de fatias acima de 5%.

Segundo o vice-presidente de comunicação da Vivendi, Simon Gillham, a empresa realizou o negócio seguindo os mais altos padrões de governança corporativa. "Estamos confiantes de que podemos responder a todas as questões da CVM", afirmou.

Gillham mostrou irritação ao ser perguntado sobre as opções de compra, dizendo que não poderia responder pela Tyrus e que todas as informações estavam no comunicado.

Para o advogado Luiz Leonardo Cantidiano, ex-presidente da CVM, a Vivendi não poderia ter anunciado que compraria o controle sem apresentar uma oferta pública, já que havia uma oferta da Telefônica. Por causa do anúncio da compra da GVT pela Vivendi em 13 de novembro, o leilão de compra de ações pela Telefônica, marcado para 19 de novembro, acabou não acontecendo.

"Houve um comportamento da Vivendi que não foi o mais adequado", disse Cantidiano. "Ela negociou na sombra, de maneira pouco clara. Um leilão seria benéfico para os acionistas da GVT e para o mercado como um todo." O advogado citou a deliberação de número 2 da CVM, de novembro de 1978, dizendo que a empresa teria de fazer uma oferta pública.

Para alcançar a participação de 50,9% anunciada ontem, a Vivendi informou ter exercido 8,8 milhões de opções de compra no dia 20 de novembro. Essas ações, somadas às opções ainda não exercidas, elevam a participação da Vivendi no capital da operadora para 62,85%.

**Jornal Folha de São Paulo - 02/12/2009**

**Sob investigação, Vivendi garante o controle da GVT**

*Grupo francês compra mais 5% de ações e atinge 50,9% de participação na operadora*

*CVM suspeita que grupo não tinha como garantir controle da GVT no dia 13, o que teria prejudicado a Telefônica, derrotada na disputa*

A Vivendi anunciou ontem que comprou de um fundo estrangeiro de investimento mais 5% das ações da GVT que estavam no mercado. O grupo francês de mídia passa agora a deter 50,9% dos papéis da operadora brasileira de telefonia fixa e de banda larga. Além disso, ela teria direito de compra de 19,6% das ações -já adquiriu uma parcela desse lote-, totalizando 62,85% dos papéis da GVT.

Desde setembro, a Vivendi travava uma disputa com os espanhóis da Telefônica pela compra da GVT. Após oferecerem R\$ 42 por ação, os franceses foram surpreendidos com uma oferta de R\$ 48 por ação da Telefônica, que, semanas depois, aumentou o lance, passando para R\$ 50,5 por ação.

Em vez de fazer uma contraproposta, a Vivendi decidiu operar nos bastidores, adquirindo as ações da GVT em posse de fundos de investimento. Essa movimentação chamou a atenção da Telefônica, que fez uma reclamação à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) quando as ações da GVT atingiram a marca de R\$ 54. Ontem, os papéis fecharam cotados a R\$ 55,29, em alta de 0,52%.

Mas, naquele momento, já era tarde para os espanhóis, que também poderiam ter adotado essa estratégia. A Telefônica pretendia adquirir a GVT por meio de uma OPA (Oferta Pública para Aquisição de Ações), marcada para 19 de novembro. No leilão, compraria os papéis pulverizados no mercado, pagando o preço combinado. Foi driblada pela Vivendi, que, no dia 13, anunciou ter adquirido 57,5% das ações da GVT e, portanto, o controle.

A história pode ter outro desfecho, porque a CVM abriu investigação contra a Vivendi. A suspeita é que o grupo não tinha como garantir o controle da GVT no dia 13. Se isso for verdade, a Vivendi terá prejudicado a OPA da Telefônica e colocado sob suspeita a credibilidade do mercado brasileiro.

O problema é que, naquele momento, a Vivendi disse ter adquirido 37,9% das ações dos controladores e ter direito de comprar mais 19,6%, que estariam com o fundo inglês Tyrus Capital, que transferiria as ações da GVT à Vivendi.

Justamente aí está a suspeita da CVM. A autarquia duvida que o Tyrus possa fazer a transferência. Primeiro porque, caso possuísse os papéis, o Tyrus teria de registrar sua participação na CVM. Naquele momento, o Tyrus só registrou as ações já transferidas à Vivendi, 8,52 milhões de papéis, que, somados aos 37,9%, não completavam metade das ações até ontem.

Outra possibilidade considerada pela CVM é que o Tyrus possua um contrato com as instituições privadas -reais detentoras dos papéis da GVT- que não garanta a ele o direito de transferência das ações à Vivendi. Por isso, a CVM pediu à companhia francesa que apresentasse provas há dois dias.

Ontem, a Vivendi informou que exercerá o direito de compra das ações restantes (dos 19,6%) do Tyrus, além de ter ampliado sua participação na GVT em 5%, o que, na prática, garante o controle.

A Folha apurou que a CVM não considerou a resposta suficiente. Em nota, a autarquia informa que as investigações prosseguem.

**Jornal Valor Econômico - 02/12/2009**

### **Compra da GVT intriga o mercado**

*As condições de compra das ações da GVT pela francesa Vivendi não foram integralmente esclarecidas*

As condições de compra das ações da GVT pela francesa Vivendi não foram integralmente esclarecidas, após três fatos relevantes divulgados pela companhia. O que já ficou claro é que em 13 de novembro, quando anunciou ter assegurado o controle da GVT, as operações montadas para isso ainda deixavam no mercado mais de 51% do capital.

Segundo a Vivendi, 19,6% das ações que garantiu para si, de um total de 57,5% adquiridas, eram em opções sobre derivativos e não em ações diretamente, fato que o mercado desconhecia. A posse desses contratos nem sempre significa a posse das ações. As opções foram compradas do fundo inglês Tyrus Capital.

O Tyrus informou à Vivendi, quando fechou o contrato, que era titular de pleno direito de 11,6 milhões de ações. As demais 13,3 milhões poderiam ser exercidas até 17 de fevereiro - e não está claro se o fundo tem garantia sobre elas. Se não tem, os papéis estariam livres para negociação e a rival Telefônica teria condições de comprá-los no leilão marcado para 19 de novembro.

## **Compra da GVT causa polêmica**

Três comunicados depois, a empresa de telefonia e mídia francesa Vivendi ainda não explicou ao mercado todas as condições da compra das ações da operadora brasileira GVT. Ainda ontem permaneciam sem resposta alguns questionamentos feitos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) à companhia.

O que parece estar claro, porém, é que em 13 de novembro, quando anunciou ter garantido o controle da GVT, as operações montadas para isso talvez ainda deixassem no mercado mais de 51% do capital da empresa brasileira. A explicação para esse aparente contrassenso está no uso de instrumentos derivativos (contratos de swap de ações) na transação, que até anteontem não estavam totalmente claros para o mercado.

A Vivendi informou nesta segunda-feira que 19,6% das ações que havia garantido para si - de um total de 57,5% adquiridas - eram em opções sobre derivativos e não em opções sobre ações diretamente, fato que o mercado até então não tinha total conhecimento. Esses contratos derivativos de swap nem sempre significam ter as ações em propriedade. Muitas vezes são usados só para se ganhar com a rentabilidade do papel.

Todas as opções foram compradas de um fundo inglês focado em eventos societários chamado Tyrus Capital, envolvendo o direito sobre um total de 24,9 milhões de ações - 19,6% da GVT. No entanto, quando fechou o contrato, tal fundo informou à Vivendi que era titular de pleno direito de 11,6 milhões de papéis - dos quais apenas 8,5 milhões foram exercidos até agora. Assim, as demais 13,3 milhões de ações poderiam ser exercidas até 17 de fevereiro. Como não liquidou tudo que podia, a empresa ainda pode exercer 16,4 milhões até fevereiro. O capital da GVT é de 128,5 milhões de ações.

A questão nesta estrutura - e que não está clara até o momento - é se a Tyrus tinha e tem garantia sobre as 13,3 milhões de ações que lastreavam as opções compradas pela Vivendi. Caso não tivesse, tais papéis estariam livres para negociação em bolsa.

Na prática, isso significa que a espanhola Telefônica - outra interessada na GVT - ainda teria condições de comprar os papéis no leilão que havia marcado para 19 de novembro, e que os investidores ainda poderiam buscar uma disputa de preço entre as companhias concorrentes. O leilão que seria promovido pelo grupo espanhol não recebeu habilitados porque havia a crença de que o controle já estava garantido.

A condição para a compra dos papéis pela Telefônica era que alcançasse no leilão, no mínimo, 51% do capital da GVT.

Mais uma informação que os investidores tiveram ontem, é que após anunciar os contratos a Vivendi seguiu comprando as ações da GVT em mercado, a despeito de estar sendo questionada pela CVM. Com isso, tornou-se oficialmente controladora da empresa

brasileira, com 50,9% do capital, sem considerar as opções da Tyrus. Incluindo tais direitos, o percentual sobe para 62,8%.

Portanto, desde que fechou o negócio, a Vivendi adquiriu mais 12,4 milhões de ações da GVT - num gasto médio da ordem de R\$ 682 milhões, para cerca de 9% do capital da empresa.

"A Vivendi está absolutamente tranquila com a legalidade das operações", disse Simon Gillham, vice-presidente executivo de comunicação e desenvolvimento sustentável da empresa. O executivo não vê problemas na estrutura e disse que a companhia segue elevados padrões de governança.

Em nota, a Vivendi disse ainda que "não tem legitimidade para manifestar-se sobre os direitos de terceiros, como da Tyrus Capital ou contrapartes".

A CVM, por sua vez, informou que as investigações prosseguem. Como se trata de análise em andamento, a autarquia não fez comentários adicionais. Afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que "novas comunicações ao mercado serão feitas no momento oportuno".

O caso tem levantado profundo debate. O comunicado da Vivendi, em 13 de novembro, quando divulgou ter garantido o controle, causou grande surpresa no setor de telefonia e na bolsa, porque o grupo francês vinha mantendo mistério sobre seu apetite pela GVT desde que a Telefônica entrou na disputa com uma oferta hostil.

A entrada do grupo espanhol na briga elevou o preço oferecido pelas ações da GVT. O negócio, que começou com uma proposta da Vivendi de R\$ 42 por ação, o que representava um preço de R\$ 5,4 bilhões pela empresa, terminou em R\$ 56 por papel, podendo chegar a R\$ 7,7 bilhões.

A polêmica em torno do caso envolve justamente a ciência do mercado sobre a estratégia da Vivendi e os movimentos realizados. Em nenhum momento, houve conhecimento de que o grupo poderia estar adquirindo papéis na bolsa direta ou indiretamente.

O fundo do qual as opções foram compradas nunca informou ter 19,6% dos papéis da GVT. Comunicou, na véspera da tacada da Vivendi, ter direito sobre 6,6% dos papéis em swaps. E somente nesta segunda-feira, por conta da solicitação da CVM, a Vivendi tornou público que o fundo era o vendedor. Até então, acreditava-se num conjunto de vendedores. Há uma norma da CVM que obriga a divulgação pelo investidor que atingir participação igual ou superior a 5% do capital de uma empresa.

Fontes ligadas à Vivendi afirmam que a empresa divulgou tudo que julgava necessário. Não houve a abertura dos contratos pelo entendimento de que os detalhes não seriam relevantes. Contudo, neste caso, eles poderiam ter feito diferença - justamente por deixarem claro que ações representativas do controle da GVT ainda estavam dispersas na bolsa.

Mais uma questão que os investidores gostariam de ver esclarecida é se o Tyrus Capital chegou realmente a adquirir no mercado a diferença entre os 6,6% divulgados e os 19,6% vendidos no dia 13 (data em que passou tais direitos à Vivendi). Ou se o fundo não informou essa diferença porque os contratos não davam garantia sobre as ações, apenas garantiam rentabilidade sobre os papéis. Procurado, o Tyrus não se manifestou até o fechamento desta edição.

Sala das Sessões,            de            de 2009

Deputado JÚLIO DELGADO